

FOLHA DE S. PAULO

Um jornal a serviço do Brasil ★ ★ ★

Publicado desde 1921

Propriedade da Empresa Folha da Manhã S. A.

Director da Redacção: Otávio Frias Filho

Conselho Editorial: Boris Casoy, Luiz Alberto Bahia, Rogério César de Cerqueira Leite, Devoldo Perolva, Marcelo Coelho, Roberto Macado, Carlos Alberto Longo e Otávio Frias Filho (secretário)

Desastres de um discurso

Uma atitude política de extrema gravidade foi tomada pelo presidente Sarney. Seu último pronunciamento converge com o discurso do ministro Antônio Carlos Magalhães, proferido anteontem na sede da Fiesp, para configurar uma inaceitável investida contra o Congresso constituinte. Não se trata de uma simples crítica às decisões desta instituição. Trata-se da tentativa indisfarçável de criar, através de um programa transmitido em rede nacional de rádio, um clima de antagonismo entre a sociedade e um poder legítimo do país.

Com um nítido intuito de alarmar a opinião pública, o presidente atribui a um trecho do futuro texto constitucional —aprovado pela maioria dos representantes eleitos da população— o poder de instituir o "caos, o império do crime e a impunidade". Refere-se ao artigo que, formulando com mais ênfase um princípio clássico da tradição penal brasileira, estabelece que "ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade judiciária competente".

Não há, nesta disposição, nada que possa dar crédito às advertências presidenciais. É na própria vigência do estado de direito, na conformidade mais estrita à norma liberal, que se inscreve esta garantia elementar contra prisões arbitrárias e abusos de poder. Cabe, certamente, a ressalva de que este dispositivo não se deve aplicar nos casos de prisão administrativa e de punições disciplinares no interior das Forças Armadas. Quanto a este aspecto, aliás, noticia-se que o Congresso constituinte, por acordo de lideranças, já decidiu aprovar uma formulação mais clara no segundo turno da votação do projeto. O presidente não restringiu, contudo, sua crítica a este ponto específico. Preferiu mobilizar ameaças genéricas,

desinformadoras e de inadmissível conteúdo político.

O discurso não é apenas equivocado em suas previsões. Inscreve-se numa temerária e inaceitável estratégia de incompatibilizar a sociedade com o Congresso. Seu efeito é o de abalar um poder constituído. Contesta, em tom apocalíptico, uma prerrogativa legítima dos representantes da população. Investe na sensação generalizada de impunidade e insegurança que se apodera dos cidadãos, para desacreditar uma instituição democrática.

São igualmente inaceitáveis os termos com que o discurso presidencial se refere a "alguns setores dos órgãos de comunicação". Revelar as irregularidades, os casos de apadrinhamento, a manipulação de verbas públicas que se verificam num governo é cumprir os deveres —fundamentais e imprescindíveis numa democracia— de informar o leitor, de exigir correção no uso dos recursos do contribuinte, de não se intimidar diante das conveniências do poder, de não transigir na defesa das instituições.

Divulgando a lista dos favorecimentos políticos no governo federal, a Folha segue à risca seu compromisso com os interesses do leitor. Luta pelo fortalecimento da democracia, numa república ameaçada pelo oportunismo e por critérios fisiológicos de atuação política. Um governo que os estimula, que não controla seus próprios gastos, que sobrepõe ao interesse público o propósito pessoal de assegurar os cinco anos de mandato, já é suficientemente lamentável. Mas o governo que aciona exacerbações retóricas contra um jornalismo independente, e que lança o alarmismo contra um poder constituído, deixa de ser apenas lamentável para aproximar-se da irresponsabilidade e da agitação institucional.